Diário Oficial



Município de Monte Azul Paulista

Sexta-feira, 05 de março de 2021

Ano IX | Edição 674A

MUNICÍPIO DE MONTE AZUL PAULISTA

PODER EXECUTIVO	**3**
Atos Oficiais	**3**
Leis	**3**
Decretos	**5**

Diário Oficial assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2, de 2001, garantindo autenticidade, validade jurídica e integridade.
Publicação Oficial do Município de Monte Azul Paulista, conforme Lei Municipal 2.051, de 23 de março de 2016
Município de Monte Azul Paulista - CNPJ 52.942.380/0001-87

PODER EXECUTIVO

Atos Oficiais

Leis

LEI Nº 2.269, DE 05 DE MARÇO DE 2021.

"Institui o Programa de Recuperação Fiscal de Monte Azul Paulista – Refis Municipal 2021 e dá outras providências".

MARCELO OTAVIANO DOS SANTOS, Prefeito do Município de Monte Azul Paulista, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais

FAZ SABER, que a Câmara Municipal de Monte Azul Paulista aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica instituído no Município de Monte Azul Paulista e suas Autarquias o Programa de Recuperação Fiscal de Monte Azul Paulista – Refis Municipal 2021, destinado a promover a regularização de créditos da Fazenda Pública e suas Autarquias decorrentes de débitos de pessoas físicas e/ou jurídicas em geral, relativos a tributos, taxas, contribuições e cobranças de serviços municipais, em razão de fatos geradores ocorridos até 31 de dezembro de 2020, constituídos ou não, inscritos ou não em dívida ativa, ajuizados ou a ajuizar, com exigibilidade suspensa ou não, inclusive os decorrentes de falta de recolhimento de valores retidos.

§ 1° - O REFIS MUNICIPAL 2021 será administrado pela Divisão de Tributação, Arrecadação e Fiscalização, ouvida a Procuradoria Jurídica do Município sempre que necessário, observando os dispositivos e diretrizes constantes nesta Lei.

§ 2° - Na hipótese de débitos decorrentes de outros parcelamentos, o interessado poderá aderir ao Programa mediante a rescisão do contrato anterior e adesão ao Refis 2021.

I – O cumprimento do § 2° está sujeito ao interessado que não tenha cumprido por apenas um parcelamento, tendo neste caso, direito ao reparcelamento;

II – Caso já tenha feito um reparcelamento, somente poderá ser na modalidade à vista.

Art. 2º - A adesão ao REFIS MUNICIPAL 2021 dar-se-á por opção da pessoa física e/ou jurídica ou terceiros interessados, que fará jus ao regime especial de consolidação dos débitos de tributos, taxas, contribuições e cobranças de serviços municipais, acrescidos de honorários sucumbenciais, se devidos, incluídos no Programa, sejam os decorrentes de obrigação própria ou aqueles resultantes de responsabilidade tributária, tendo por base a data da opção.

§1º - A adesão deverá ser formalizada no período compreendido entre a data de publicação desta lei até 31/10/2021, mediante requerimento da pessoa física ou jurídica ou terceiro interessado, acompanhado dos documentos pessoais (RG, CPF/CNPJ e carta de inventariante) e do imóvel (matrícula ou escritura pública) em formulário próprio, instituído pela Divisão de Tributação, Arrecadação e Fiscalização, com isenção do pagamento da taxa pela prestação de serviço de protocolo.

§2º - O prazo tratado no parágrafo anterior poderá ser prorrogado por decreto do Poder Executivo, justificadas a oportunidade e a conveniência do ato.

§3º - Deferido o pedido de adesão ao REFIS MUNICIPAL 2021, os débitos nele inclusos que estiverem sendo cobrados judicialmente terão seu andamento sobrestado até a quitação dos mesmos ou até a data em que o benefício for extinto por desobediência a quaisquer dos motivos mencionados nesta Lei.

§4º - Eventuais valores constritos judicialmente, comprovados mediante informe fornecido pela Instituição Financeira, serão abatidos do valor devido, admitindo-se o parcelamento do valor remanescente.

Art. 3º - O optante pelo REFIS MUNICIPAL 2021 poderá parcelar seus débitos usufruindo dos benefícios de isenção conforme disposto na seguinte tabela:

Nº máximo de parcelas mensais	Desconto no valor das multas e juros
À vista	100%
De 2 a 6	90%
De 7 a 12	70%
De 13 a 18	50%
De 19 a 24	30%
De 25 a 30	10%
De 31 a 36	0%

§ 1° O deferimento à solicitação se dará com a assinatura do termo de adesão e o pagamento da 1ª. parcela.

I – Acrescida das despesas processuais e dos honorários sucumbenciais, se devidos, no caso de pagamento à vista ou no máximo em 6 parcelas mensais.

II – Efetivado em 7 parcelas ou mais, as despesas processuais e os honorários sucumbenciais, se devidos, somente serão pagos ao final do parcelamento.

§2º - Após o deferimento do pedido de adesão ao presente programa de parcelamento, serão as parcelas mensais consecutivas, com vencimento da 1ª (primeira) prestação no ato do pedido e as demais fixadas no dia 10 dos meses subsequentes ao do pedido. Se, porventura, o vencimento recair sobre dia não útil, o vencimento será no dia útil subsequente.

§3º - O valor mínimo de cada parcela não deverá ser inferior a R$ 50,00 (cinquenta reais), exceto nos casos de compensação de valores já pagos.

§4º - Aderido ao parcelamento, o crédito apurado, excetuando-se a primeira parcela, sofrerá incidência de atualização monetária, além de juros e multa, se o caso, nos

termos dos artigos 12 a 14 e 15 a 24, da Lei 950/1989.

§5º - A Divisão de Tributação, Arrecadação e Fiscalização poderá enviar aos devedores, correspondência que contenha os débitos consolidados, tendo por base a data de sua emissão, com a opção de pagamento prevista no Artigo 3º.

§6º - A metodologia de cálculo descrita no caput do presente artigo se aplica aos honorários sucumbenciais, se devidos.

Art. 4º - A opção pelo pagamento com os benefícios desta Lei impõe ao requerente a aceitação plena e irretratável de todas as condições nela estabelecidas e em seu regulamento, sujeitando-se ainda:

I - A confissão irrevogável e irretratável da dívida apurada, relativa aos débitos consolidados, com reconhecimento expresso da certeza e liquidez do crédito correspondente, produzindo os efeitos previstos no art. 174, parágrafo único, inciso IV do Código Tributário Nacional, ficando ainda o optante condicionado ao encerramento comprovado por renúncia expressa e imutável de eventuais ações judiciais, defesas e/ou recursos administrativos contra a Fazenda Pública e suas Autarquias, oriundos de tributos, contribuições e cobranças de serviços municipais, assim como a desistência do direito sobre valores a receber em que se fundar alguma ação judicial e/ou pleito administrativo em andamento, que tenham por objeto a dívida parcelada;

II - Ao pagamento regular de cada uma das parcelas mensais dos débitos consolidados;

III - A quitação integral dos tributos, contribuições e cobranças de serviços municipais relativas ao exercício corrente nas suas respectivas datas de vencimento.

§1º - Na renúncia de ação judicial em andamento deverá o optante suportar as custas judiciais e, se cabíveis, também os honorários de sucumbência.

§2º - Não sendo efetuado o pagamento de 3 (três) parcelas consecutivas ou não dos débitos consolidados, ocasionará a exclusão imediata e irrevogável do optante, no REFIS MUNICIPAL 2021, sendo que o valor total das prestações pagas será deduzido do montante que originou o parcelamento.

Art. 5º - Na hipótese de exclusão do optante no REFIS MUNICIPAL 2021 em razão da inobservância das exigências estabelecidas no artigo anterior, ocorrerá a imediata exigibilidade da totalidade do débito consolidado confessado e não pago, aplicando-se à importância devida os acréscimos legais previstos na legislação municipal à época da ocorrência dos respectivos fatos geradores, executando-se automaticamente as garantias eventualmente prestadas.

Art. 6º - O contribuinte optante pelo REFIS MUNICIPAL 2021 que tenha sido excluído do programa por ter incorrido em alguma situação descrita no artigo anterior, durante a vigência deste programa poderá aderir novamente apenas para quitação à vista, inclusive com o pagamento das despesas processuais e dos honorários sucumbenciais, se houver.

Art. 7º - O pagamento relativo à parcela primeira, juntamente com as despesas processuais e os honorários sucumbenciais, se houver, deverão ser apresentados no Setor de Tesouraria da Prefeitura Municipal, sendo que as demais parcelas deverão ser quitadas junto à rede bancária.

Art. 8º - Os contribuintes que aderirem ao programa, se regularmente quitadas às obrigações decorrentes do presente parcelamento, para fins de emissão de Certidão Positiva com Efeitos de Negativa, terão os tributos, contribuições e cobranças de serviços municipais incluídos no parcelamento com sua exigibilidade suspensa, nos termos do artigo 206 do Código Tributário Nacional.

Parágrafo Único – A suspensão da exigibilidade descrita no caput deste artigo se inicia após o pagamento, no prazo definido no §1º do artigo 3º, da parcela inicial, despesas processuais, e honorários advocatícios, se devidos.

Art. 9º - O REFIS MUNICIPAL 2021 não configura novação prevista no artigo 360, inciso I, do Código Civil.

Art. 10 - As despesas relativas a presente lei correrá por conta de dotações orçamentárias próprias, consignadas no Orçamento Municipal, ficando autorizadas, desde já, as suplementações, caso necessário.

Art. 11 - Fica o Executivo Municipal autorizado a regulamentar a presente lei através de decreto.

Art. 12 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Monte Azul Paulista/SP, 05 de março de 2021.

MARCELO OTAVIANO DOS SANTOS

Prefeito do Município

Registrada e Publicada no expediente da Secretaria da Prefeitura do Município de Monte Azul Paulista, Estado de São Paulo, em 05 de março de 2021.

CARLOS EDUARDO PEREIRA DE SOUZA

Agente Administrativo II

LEI Nº . 2.272, DE 05 DE MARÇO DE 2021.

Dá nova redação ao § 1º do artigo 2º da Lei nº. 1501, de 22 de setembro de 2006.

MARCELO OTAVIANO DOS SANTOS, Prefeito do Município de Monte Azul Paulista, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais,

Faz saber que a Câmara Municipal aprova e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Artigo 1° - O § 1º do artigo 2º da Lei nº. 1501, de 22 de setembro de 2006, passa a ter a seguinte redação:

“ § 1º – O “pró-labore” mencionado no caput deste artigo será pago mensalmente, sendo seu valor fixado em R$ 500,00(quinhentos) para Cabos e Soldados – PM; R$ 650,00 (seiscentos e cinquenta reais) para a graduação de Sargento PM; e R$ 750,00 (setecentos e cinquenta reais) para o posto de Tenente PM”.

Artigo 2º - Esta lei entrará em vigor em 01 de janeiro de

2022, revogando as disposições em contrário, em especial a Lei nº. 1787 de 24 de abril de 2.012.

Monte Azul Paulista/SP, 05 de março de 2021.

MARCELO OTAVIANO DOS SANTOS

Prefeito do Município

Registrada e Publicada no Expediente da Secretaria da Prefeitura do Município de Monte Azul Paulista, Estado de São Paulo, em 05 de março de 2021.

CARLOS EDUARDO PEREIRA DE SOUZA

Agente Administrativo II

Decretos

DECRETO N.º 3.530 DE 05 FEVEREIRO DE 2021.

"Dispõe sobre a adequação do Plano São Paulo de Retomada Consciente, de acordo com a fase atribuída (vermelha), das cidades que pertencem a Divisão Regional de Saúde 5 (DRS - V) e todo território do estado de São Paulo, atualizando as medidas de contenção e prevenção".

MARCELO OTAVIANO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Monte Azul Paulista, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei e;

Considerando a Portaria MS n.º 188, de 03 de fevereiro de 2020, por meio da qual o Ministro de Estado da Saúde declarou Emergência em Saúde Publica de Importância Nacional (ESPIN) em decorrência da infecção humana decorrente do Coronavírus (COVID-19);

Considerando a Lei Federal n.º 13.979 de 06 de fevereiro de 2020, na qual dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus responsável pelo surto de 2019;

Considerando a Portaria n.º 356 de 11 de março de 2020 do Ministério da Saúde que dispõe sobre a regulamentação e operacionalização do disposto na Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que estabelece as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus (COVID-19);

Considerando a portaria interministerial nº 5, de 17 de março de 2020 que dispõe sobre a compulsoriedade das medidas de enfrentamento da emergência de saúde pública previstas na Lei nº 13.979, de 06 de fevereiro de 2020;

Considerando o Decreto Legislativo nº 6 de 20 de março de 2020 do Senado Federal na qual reconhece, para os fins do art. 65 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, a ocorrência do estado de calamidade pública, nos termos da solicitação do Presidente da República encaminhada por meio da Mensagem nº 93, de 18 de março de 2020;

Considerando o reconhecimento da transmissão comunitária do Coronavírus (Covid-19) em todo o território nacional pelo Ministério da Saúde, por meio da Portaria 454 de 20 de março de 2020;

Considerando o Decreto Estadual nº 64.879/2020, de 20 de março de 2020 do Governador do Estado de São Paulo que reconhece o estado de calamidade pública, decorrente da pandemia do COVID-19, que atinge o Estado de São Paulo e dá providências correlatas;

Considerando o Decreto Estadual nº 64.881/2020, de 23 de Março de 2020 o qual instituí a quarentena em todo Estado de São Paulo;

Considerando o disposto no Decreto nº 64.994/2020, de 28 de Maio de 2020, que dispõe sobre o Plano São Paulo "Retomada Consciente", a qual enquadra Monte Azul Paulista na região Administrativa de Barretos/SP e que a partir do dia 06 de março de 2021, o governo de São Paulo através do pronunciamento feito em rede nacional no dia 03 de março de 2021, no qual estabelece que todo o território do estado de São Paulo inclui se na fase vermelha do Plano São Paulo Retomada Consciente, na qual permanecera até 21 de março de 2021, assim, sendo este o vigésimo quarto período de quarentena no Estado de São Paulo, que por ser uma retomada consciente da economia por fases e por regiões conforme prevê o plano, com cuidado, com segurança e dentro dos limites determinados pela ciência e pela medicina e seguindo orientação Monte Azul Paulista esta adotando estas novas medidas de contenção e prevenção;

Considerando as decisões dos Ministros do Supremo Tribunal Federal - STF que dão autonomia para prefeitos e governadores flexibilizarem setores locais, tendo como protocolos da saúde e fundamentação científica;

Considerando que Monte Azul Paulista tem se orientado pelas medidas preconizadas pela OMS (Organização Mundial de Saúde) a qual reconhece a situação de pandemia do COVID-19, adotado os critérios sugeridos pelo Ministério da Saúde, atuando em concordância com a Secretaria Estadual de Saúde do Estado de São Paulo e cumprindo determinações da DRS - V (Divisão Regional de Saúde 5), na qual pertencemos que é Barretos e tem tomado todas as devidas providencias possíveis para combate a disseminação do COVID-19 e realizado exames para detectar possível contaminação, e que mesmo assim o cenário atual requer atenção especial pelo avanço da pandemia em nosso município, e

Considerando decisões conjuntas dos Prefeitos da região administrativa de Barretos /SP, através do consórcio CODEVAR;

DECRETA:

Artigo 1º - Observados os termos e condições estabelecidos no Decreto Estadual nº 64.994, de 28 de maio de 2020, e também sua atualização realizada pelo governador do estado São Paulo através do pronunciamento feito em rede nacional no dia 03 de março de 2021, no qual estabelece que todo o território do estado de São Paulo inclui se na fase vermelha do Plano São Paulo Retomada Consciente, na qual permanecera até 21 de março de 2021, este pronunciamento disciplina novas medidas a serem adotadas pela Administração Pública

Municipal Direta e indireta, para o enfrentamento da pandemia decorrente do corona vírus (COVID-19);

Artigo 2º - Como forma de se conter a aglomeração de pessoas, fica imposta a restrição de circulação de pessoas das 20h:00min às 05h:00min, até o dia 21 de março de 2021, passando a vigorar no âmbito do município de Monte Azul Paulista-SP o toque de recolhida nesses horários.

Artigo 3º - O funcionamento de supermercados deverá observar as seguintes regras:

I – limitação do número de clientes a 01 (uma) pessoa a cada 5m² (cinco metros quadrados) da área total de circulação do estabelecimento;

II– controle de acesso a 01 (uma) pessoa por núcleo familiar, de preferência fora do grupo de risco, sempre que possível, e

III – orientar e recomendar aos clientes para que não permitam a ida aos supermercados de crianças com idade inferior a 12 anos e também de adultos com idade acima de 65 anos, sempre que possível.

§ 1º. Os supermercados devem, ainda, observar e orientar seus funcionários, colaboradores e clientes quanto aos cuidados com higienização de equipamentos e produtos, especialmente nos atendimento e nos caixas, além de aferir a temperatura corporal de cada indivíduo que tenha acesso ao estabelecimento.

§ 2º. Os supermercados devem manter equipe de segurança e de controle próprios para operacionalizar a entrada e saída de clientes, observados os limites previstos nos incisos I e II.

§ 3º. Atingida a lotação máxima, considerada a limitação prevista no inciso II, somente será permitido o ingresso de clientes após a respectiva saída de outros.

§ 4º. Os supermercados devem, na medida do possível, incentivar e disponibilizar meios de compra online, com entrega em domicílio, com o objetivo de diminuir o fluxo de pessoas nas dependências físicas do estabelecimento.

§ 5º. Para que seja cumprido o que determina o artigo 2º deste Decreto os comércios supra citados deverão adequar seus horários de atendimentos para que ao iniciar o toque de recolhida os mesmos tenham suas portas cerradas sem a ocupação de clientes, funcionários e ou colaboradores, em suas dependências externas e internas.

Artigo 4º Ficam suspensas até o dia 21 de março, neste município, as aulas e atividades letivas presenciais com alunos em todas as unidades da rede pública de ensino (municipal e estadual), bem como na rede de ensino privada e filantrópica, incluído cursos técnicos e de aprendizados em geral.

Artigo 5º O funcionamento de igrejas, templos e demais estabelecimentos religiosos deve seguir protocolos sanitários disponibilizados pelo Governo de São Paulo.

§1º. Atividades religiosas passaram a ser consideradas essenciais após assinatura de decreto pelo Governador João Doria. Os protocolos sanitários têm como objetivo reduzir o risco de contágio da COVID-19. O documento foi elaborado em parceria com diversos representantes dos setores e validado pela Vigilância Sanitária do Estado de São Paulo, baseado em critérios técnicos e de saúde.

I Protocolos Sanitários:

a). Nível de ocupação máxima no local deve ser de 30%, de acordo com o termo já assumido;

b). Obrigatoriedade de tirar a temperatura antes do ingresso no local;

c). Obrigatoriedade no fornecimento de álcool em gel;

d). Obrigatoriedade de uso de máscara durante todo o período da cerimônia inclusive pelos celebrantes e assistentes;

e). Distanciamento de 1,5 metro entre as pessoas dentro do local; 6. Todas as pessoas devem estar sentadas;

f). Horários devem ser espaçados para evitar aglomeração na entrada e saída, e ajustados para cumprir o artigo 2º deste decreto;

g). Assegurar a ventilação adequada do local de realização da celebração religiosa, mantendo todas as portas e janelas abertas o todo tempo;

h). Sempre que possível, eliminar rituais envolvendo toques e não compartilhando objetos;

i). Suspender os coros temporariamente, devido ao potencial de contaminação desta atividade;

j). Manter os locais de cultos sempre limpos, higienizados e com máxima ventilação possível.

Artigo 6º - Fica mantido o funcionamento de todos os serviços tido como essenciais, a exemplo de farmácias, laboratórios, açougues, padarias, postos de combustíveis, estabelecimentos de serviços e produtos veterinários, dentre outros.

Paragrafo único: Os estabelecimentos citados no caput deste artigo deverão seguir as seguintes normas de protocolos sanitários:

a). Obrigatoriedade de aferir a temperatura antes do ingresso no local;

b). Obrigatoriedade no fornecimento de álcool em gel;

c). Fiscalizar e cobrar a obrigatoriedade de uso de máscara durante toda a permanência no estabelecimento;

d). Distanciamento de 1,5 metro entre as pessoas dentro do local, assinaladas no chão dos estabelecimentos;

e). Determinar horário diferenciado para abertura e fechamento dos estabelecimentos;

f). Higienizar os carrinhos e cestas e demais congêneres de compras a cada uso;

g). Realizar anúncios periódicos pedindo que clientes sigam o distanciamento social, usem máscaras e lavem suas mãos, bem como orientar que toquem apenas nos produtos que serão levados/comprados;

h). Sempre que possível, utilizar métodos de pagamentos através de aplicativo, QRCode e outros modelos sem contato físico entre funcionário e cliente;

i). Aumentar o número de caixas preferenciais para atendimento ao público dos grupos de risco,

j). Controlar o fluxo de entrada e saída dos estabelecimentos, de forma que seja respeitado o distanciamento social.

Artigo 7º - Fica suspenso o consumo local em bares, lanchonetes, cafés e demais afins, sem prejuízo dos serviços de entrega delivery, ou seja, fica vedado o consumo e pedido no próprio estabelecimento após o inicio do toque de recolhida descrito no artigo 2º deste decreto.

Artigo 8º - Todos os estabelecimentos e comércio em geral, não tidos por essencial e que contavam com autorização de funcionamento, poderão permanecer com as atividades após os horários previstos, exclusivamente no sistema de delivery (entrega nas residências dos clientes), vedado qualquer atendimento presencial, inclusive na modalidade drive thru (retirada pelos clientes).

Parágrafo Único – Os ambulantes e food trucks não poderão ocupar os espaços públicos anteriormente autorizados após os horários estabelecidos no artigo 2º deste Decreto, podendo apenas funcionar nas suas próprias residências ou defronte delas, e, unicamente no sistema de delivery (entrega nas residências dos clientes).

Artigo 9º - As instituições financeiras, casas lotéricas e agências dos Correios ficam obrigadas a impedir a formação de filas e aglomeração de pessoas nas dependências de seus respectivos estabelecimentos, além de observar e orientar seus funcionários, colaboradores e clientes quanto aos cuidados com a higiene, limpeza, fornecer álcool em gel, não permitir entrada sem o uso devido de máscaras para acesso ao estabelecimento.

Parágrafo Único. Uma vez verificado o princípio de formação de fila e/ou aglomeração, as instituições financeiras e casas lotéricas devem organizar fila externa, em espaço aberto, observado o distanciamento de no mínimo 02 (dois) metros entre uma pessoa e outra.

Artigo 10º - Fica mantido o fechamento dos espaços públicos tanto culturais como poli esportivos. Os demais prédios públicos deverão obedecer as regras pré estabelecidas pela Prefeitura Municipal em seus decretos e incisos vigentes.

Artigo 11º - Ficam proibidas as demais atividades que geram aglomeração, conforme Plano São Paulo de Retomada Consciente.

Artigo 12º - Fica proibido o encontro de pessoas em qualquer horário, nas vias, praças, parques e logradouros públicos, para a pratica de atividades esportivas e reuniões de qualquer natureza, que excedam o limite de 03 (três) pessoas.

Artigo 13º - As forças policiais, agentes de fiscalização e demais autoridades intensificarão a fiscalização das vias e logradouros públicos, estando autorizados, em caso de descumprimento, a procederem com o necessário para a cessação da situação de descumprimento das determinações contidas nesse Decreto, registrando, se necessário, a ocorrência policial com todas as consequências criminais do ato.

Artigo 14º - O descumprimento de qualquer dos artigos deste Decreto, estará sujeito as sanções e penalidades do artigo 6º do Decreto Municipal n.º 3.527 de 26 de fevereiro de 2021.

Artigo 15º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, ficam mantidas as disposições constantes nos decretos municipais listados abaixo, revogado as disposições em contrárias:

I - Decreto nº 3364, de 28 de fevereiro de 2020;
II - Decreto nº 3366, de 28 de fevereiro de 2020;
III - Decreto nº 3378, de 23 de março de 2020;
IV - Decreto nº 3390, de 07 de abril de 2020;
V – Decreto nº 3393 de 07 de abril de 2020;
VI – Decreto nº 3403 de 04 de maio de 2020;
VII – Decreto nº 3408 de 07 de maio de 2020;
VIII – Decreto nº 3412 de 29 de maio de 2020;
IX – Decreto nº 3416 de 01 de junho de 2020;
X – Decreto nº 3422 de 15 de junho de 2020;
XI – Decreto nº 3425 de 30 de junho de 2020;
XII – Decreto nº 3436 de 15 de julho de 2020;
XIII – Decreto nº 3440 de 30 de julho de 2020;
XIV – Decreto nº 3446 de 11 de agosto de 2020;
XV – Decreto nº 3450 de 24 de agosto de 2020;
XVI – Decreto nº 3457 de 08 de setembro de 2020;
XVII – Decreto nº 3464 de 28 de setembro de 2020;
XVIII – Decreto nº 3479 de 28 de outubro de 2020;
XIV – Decreto nº 3491 de 23 de novembro de 2020;
XV – Decreto nº 3502 de 16 de dezembro de 2020;
XVI – Decreto nº 3512 de 30 de dezembro de 2020;
XVII – Decreto nº 3516 de 18 de janeiro de 2021;
XVIII – Decreto nº 3517 de 25 de janeiro de 2021;
XIX – Decreto nº 3521 de 08 de fevereiro de 2021;
XX – Decreto nº 3526 de 22 de fevereiro de 2021, e
XXI – Decreto n.º 3527 de 26 de fevereiro de 2021.

Prefeitura Municipal de Monte Azul Paulista-SP, 05 de fevereiro de 2021.

Marcelo Otaviano dos Santos

Prefeito Municipal

Registrado e publicado no setor competente da Prefeitura municipal de Monte Azul Paulista, em 05 de fevereiro de 2021.

Carlos Eduardo Pereira de Souza

Agente Administrativo II